

# Falso dilema no campo do ensino

Arthur Fonseca Filho\*



A existência de escolas públicas e particulares num mesmo sistema de ensino continua a ser apontada como um dilema. E diante desse dilema o educador deve adotar uma postura exclusivista: a favor ou contra a escola pública e, consequentemente, contra ou a favor da escola particular. Não se admite outra atitude possível.

Os defensores da escola pública costumam dizer que só a escola pública, universal e gratuita para todos, é democrática e acusam os proprietários de escolas particulares de comerciantes do ensino que desejam apropriar-se das verbas públicas. Os defensores da escola particular costumam apontar a melhor qualidade do seu trabalho em comparação com as escolas públicas, bem assim o caráter democrático da possibilidade de o aluno escolher onde deseja estudar. Além desses pontos centrais, outros aspectos são sempre alinhavados por um e outro lado.

Esses argumentos, em meu entender, são falaciosos, escondem a verdadeira questão que é ideológica e que se encontra na base dessas formulações, ainda que isso, muitas vezes, não esteja claro para uns e outros.

Os que defendem a exclusividade da ação do Estado na área da educação não enxergam o estruturalismo funcional que percorre a organização social e acreditam, nos moldes dos modelos socialistas-stalinistas

em derrocada, que o Estado deve ser responsável por tornar todos iguais.

Os defensores da escola particular, ao explicitarem o ponto de vista da liberdade de escolha dos alunos, chegam a sugerir que o Estado gaste menos com suas escolas e crie uma espécie de "vale-educação", coisa aliás já existente de maneira tímida com o uso dos convênios no Salário Educação. No fundo, então, desejam um Estado todo poderoso distribuindo favores, alocando alunos para suas escolas.

Os dois grupos defendem um papel de preponderância para o Estado. Um Estado capaz de prover, prever e cuidar de todos os acontecimentos da teia social, numa ingerência indébita na vida do indivíduo.

Entendo que nenhuma das soluções resolve a questão, visto que se baseiam num falso dilema: a questão central é saber até onde vai o papel do Estado.

Ao Estado não cabe o dever de tornar todos iguais, mas criar condições para que todos, em função de suas próprias potencialidades, tenham oportunidades iguais. Isso significa que ao Estado cabe criar escolas, tantas quantas necessárias, em todos os pontos do País para que os indivíduos, independente de sua condição social e econômica, tenham as mesmas condições de realização.

Nem toco na questão da melhor qualidade da escola particular sobre a escola pública. É apenas questão de gerência, de direção da escola, já que as leis e regulamentos que as instituem são os mesmos. Os alunos dos dois tipos de escola estudam as mesmas matérias, certamente os mesmos conteúdos, no

mesmo tempo, são cobrados da mesma maneira. E se há boas escolas particulares, há boas escolas públicas, como há escolas particulares que apenas porca e sutilemente se distinguem das públicas.

Mas se ao Estado cabe o papel de propiciar oportunidades iguais para todos, cabe também ao Estado o dever de permitir que os indivíduos escolham o tipo de educação que desejam. E com isso defendendo a absoluta liberdade da escola particular em criar seus currículos, seus regulamentos, organizar seu funcionamento, sem que necessitem obedecer ou submeter-se à máquina estatal que tem a de impedir a abertura ao novo das escolas particulares com a aplicação das mesmas leis e regulamentos das escolas estaduais.

Eu vou mais longe. Ao Estado cabe sequer decidir sobre preços dos serviços cobrados pelas escolas. Como são muitas, das mais variadas qualidades, com os preços mais disparem imagináveis, não se caracterizando assim uma espécie de oligopólio das escolas, mas antes de um campo intensamente concorrido, o natural seria a liberação total dos preços. As escolas, sob pena de perderem seus clientes, saberiam quanto e até quanto cobrar. O próprio mercado se incumbiria de estabelecer preços em patamares mais justos e adequados.

Numa analogia com a medicina, entendo que a ninguém ocorre acabar com os hospitais particulares, porque são melhores que os hospitais públicos, que dão atendimento gratuito. A ninguém ocorre igualmente tabelar o trabalho dos médicos ou exigir que se atenham ao uso da

mesma técnica e do mesmo instrumental, e apenas esses, existentes, nos hospitais públicos.

E é ainda por esse mesmo motivo, na defesa dos interesses das escolas particulares, que entendo não deve o Estado encaminhar alunos para a rede particular pagando uma espécie de "vale-educação". No dia em que a escola particular aceitar tal tipo de aparente benefício estará selando a sua sorte. Estará nas mesmas condições dos hospitais particulares que aceitaram trabalhar para o Estado, pensando aumentar seus lucros, e que se viram na condição de rebaixar seus serviços para adequá-los aos preços fixados de cima para baixo.

Entendo que o Estado deve ampliar as verbas para as escolas públicas, melhorar o salário dos seus professores e, além disso, reestruturar completamente o sistema de ensino público, eliminando ou reduzindo ao mínimo o número de professores incumbidos de atividades meios. A máquina burocrática que cuida das atividades da Secretaria, das Coordenadorias, Divisões, Delegacias é tão pesada e onerosa que se estima ser possível ampliar em trinta por cento o número de professores em atividades fins só com a sua desmobilização das atividades burocráticas.

Se, quando o Estado passar a cuidar adequadamente de suas escolas, deixando o ensino particular à iniciativa privada e às leis do mercado, o dilema, que reputo falso, desaparecerá por si só.

\* Diretor da Organização Sorocabana de Ensino e ex-conselheiro do Conselho Estadual de Educação.